

## **A CRISE DO WELFARE STATE: intelectuais e novos projetos (década de 1970)**

Daniel de Pinho Barreiros  
Pós-Doutor em História Social - UFF

**RESUMO:** O artigo analisa comparativamente as idéias sociais de importantes intelectuais ligados ao debate político norte-americano, engajados na crítica ao *Welfare State* e ao capitalismo de crescimento acelerado, bem como traz à tona um momento importante da história intelectual do século XX, que se refere ao surgimento do conceito de sustentabilidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Welfare State, idéias, intelectuais.

**ABSTRACT:** The article analyses the social ideas of some remarkable intellectuals that were engaged in the american political debate in the seventies. These thinkers were recognized for their partisan discourse against the *Welfare State* and the accelerated capitalism as well. Furthermore, the article shed some light on the arousal of the concept of sustainability.

**KEY-WORDS:** Welfare State, ideas, intellectuals.

A denúncia dos chamados “limites para o crescimento” foi uma das mais importantes bandeiras de luta das elites intelectuais reformistas no ocidente capitalista dos anos 1960-1970, sendo portanto o ponto de cruzamento entre as principais linhas argumentativas contrárias à permanência do paradigma intervencionista keynesiano nas políticas econômicas nacionais. Muitos dos intelectuais envolvidos no debate – em especial aqueles ligados à Nova Esquerda – criticaram uma suposta orientação “produtivista” do capitalismo do pós-guerra, no qual os aumentos no PNB e a expansão do consumo privado seriam os índices de bem-estar por excelência, em detrimento de valores “não-econômicos” tais como o meio ambiente, a vivência social comunitária, a saúde e a cultura. Outros concentraram sua atenção na obsolescência econômica do industrialismo, apontando caminhos para a retomada do crescimento com base em novos paradigmas, destacando o papel fundamental da tecnologia e da informação. Assim, várias foram as críticas à “ideologia do crescimento

---

econômico acelerado” dos anos 1950-1960, diferindo entre si em aspectos gerais ou específicos. Elas convergem, no entanto, na rejeição ao capitalismo dirigido e a um padrão de desenvolvimento econômico considerado inadequado para os “novos tempos”.

A mais conhecida destas críticas, e que obteve a maior repercussão entre a comunidade intelectual e entre os *policymakers* ocidentais, foi certamente o relatório *The Limits to Growth* (MEADOWS et al, 1975) <sup>1</sup>, elaborado pela equipe do ambientalista Dennis L. Meadows, do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), e apresentado ao Clube de Roma <sup>2</sup> em 1972, no âmbito do projeto *On The Predicament of Mankind* (“Sobre o Desafio da Humanidade”) <sup>3</sup>. A conclusão do relatório orientava para a necessidade de um “estado de equilíbrio global”, onde as tendências para a elevação da população e do estoque de capital em uma dada sociedade fossem anuladas por tendências contrárias, no sentido de reduzir a natalidade e ampliar a depreciação do capital. Em suma, as sociedades do futuro deveriam ser reformadas (através de planejamento adequado) de modo que o nível de atividade econômica e o contingente demográfico fossem mantidos constantes. Uma sociedade capitalista sem crescimento econômico – idéia polêmica, mas com forte aceitação nos anos setenta – não deveria representar, segundo a equipe do MIT, uma sociedade estagnada; a eliminação da ênfase no crescimento econômico deveria liberar frutíferas energias a serem dedicadas a outras dimensões da vida social tais como a arte, a ciência, o lazer, o esporte, a religião e a busca de tecnologias que viessem expandir o bem-estar (reciclagem,

---

<sup>1</sup> A primeira edição brasileira de *The Limits to Growth* foi publicada pela Editora Perspectiva, São Paulo, em 1973. Utilizamos no presente estudo a nona reimpressão da segunda edição americana. As citações foram traduzidas.

<sup>2</sup> O Clube de Roma é uma associação civil, fundada em 1968. É composto por cientistas, educadores, economistas e industriais provenientes de vários países, reunidos inicialmente por Aurélio Peccei, gerente industrial italiano. Este grupo, composto em especial por membros das *elites intelectuais* do ocidente, se propunha a ampliar o conhecimento humano sobre os diversos componentes do chamado “sistema global” – economia, política, mundo natural e sociedade, entre outros – e divulgar estes saberes junto a um público não-especializado, formado por *policymakers* e cidadãos interessados. Um de seus pressupostos era o de que os mecanismos institucionais e as políticas convencionais não seriam mais capazes de oferecer uma solução aos problemas com os quais deparava-se o mundo ocidental nos anos 1960-1970, e que, portanto, o objetivo do Clube seria justamente o de oferecer instrumentos para tal fim (MEADOWS, 1975: IX-XI).

<sup>3</sup> O projeto *On The Predicament of Mankind* foi uma iniciativa do Clube de Roma, juntamente com o MIT, para a análise das diversas faces da “problemática mundial dos anos 1970”, tais como as desigualdades de renda entre as nações e no interior delas, a degradação ambiental, a perda de confiança nas instituições, o crescimento urbano desordenado, a insegurança no trabalho e o desemprego, a rejeição dos valores naturais, a delinquência e a alienação dos jovens, entre outros. O projeto propôs-se a analisar estas “variáveis” compreendendo-as em suas interações mútuas, e não de um modo isolado. Além disso, o projeto incluía a elaboração de projeções estatísticas destes “problemas mundiais” até o ano 2000 através do uso – inovador em seu tempo – de computador e *software* especialmente designado para este fim. Os resultados da Fase 1 do projeto, financiada pela *Volkswagen Foundation*, foram publicados no relatório *The Limits to Growth*, organizado por Dennis Meadows (MEADOWS, 1975: XI-XII).

---

contraceptivos, medicamentos, energias alternativas, etc.). Uma sociedade de não-crescimento, baseada portanto no “modelo de equilíbrio global”, tenderia a ser mais propensa à “igualdade” e à “justiça” que aquelas baseadas no esforço de crescimento, visto que as primeiras poderiam reservar recursos que outrora seriam devotados à expansão produtiva, e aplicá-los no fomento de políticas e atividades voltadas para a justiça social.

Não há razão pela qual uma maior produtividade não possa ser traduzida num mais alto padrão de vida ou mais lazer ou mais ambiências agradáveis para todos, se estes objetivos substituïrem o crescimento como principal valor da sociedade (MEADOWS, 1975: 182).

Assumir, portanto, que o caminho para a igualdade estaria no “crescimento do bolo”, ou seja, do produto nacional, seria apostar na pertinência de uma causa perdida. Sociedades com altas taxas de expansão demográfica e de formação de capital teriam, segundo o relatório, poucas chances de lograrem uma distribuição mais eqüitativa da renda e das oportunidades (MEADOWS, 1975: 179-184).

A conclusões semelhantes chegou o economista heterodoxo Fred Hirsch<sup>4</sup> em seu trabalho *Social Limits to Growth* (HIRSH, 1979)<sup>5</sup>, elaborado com apoio financeiro do *Twentieth Century Fund* e publicado em 1976<sup>6</sup>. As “sociedades afluentes” nos anos setenta – ou seja, aquelas marcadas pelo crescimento acelerado do pós-guerra e do *Welfare State* – apareciam como vítimas do que Hirsch chamou de paradoxo da afluência: quanto mais o crescimento econômico tornava-se um objetivo premente, e quanto mais indivíduos aproximavam-se do “padrão de consumo”, mais decepcionantes eram os frutos desta expansão econômica, e menor a satisfação e bem-estar obtidos com os mesmos. “Assim, a frustração na afluência resulta de seu êxito em satisfazer necessidades materiais

---

<sup>4</sup> Fred Hirsch (1931-1978) nasceu na Áustria e graduou-se pela London School of Economics em 1952. Foi jornalista econômico e economista do Fundo Monetário Internacional. Tornou-se professor de Economia na Universidade de Warwick em 1975, poucos anos antes de sua morte. Foi autor de uma vasta quantidade de trabalhos sobre assuntos monetários internacionais e sobre questões inflacionárias, mas seu posicionamento liberal-esquerdista ganhou notoriedade ao final dos setenta com o livro *Limites Sociais do Crescimento*, elaborado durante sua permanência no Nuffield College, Oxford, entre os anos de 1972 e 1974.

<sup>5</sup> A primeira edição de *Social Limits to Growth* foi publicada em 1976 pela Harvard University Press Cambridge, Massachussets, Estados Unidos. A tradução brasileira foi feita com base na terceira edição americana, pela mesma editora.

<sup>6</sup> O *Twentieth Century Fund* foi, nos anos 1970, uma fundação independente, de orientação liberal-esquerdista, sem fins lucrativos, que tinha como missão financiar e elaborar estudos sobre instituições, questões econômicas, políticas e sociais. Atualmente chama-se *The Century Foundation*, tendo incluído em sua pauta de investigações os temas da desigualdade social, da previdência social, reformas eleitorais, estudos sobre a mídia e suas implicações sociais, segurança interna e assuntos internacionais. Possui escritórios em Nova Iorque e em Washington, D.C.

---

*previamente dominantes*” (HIRSH, 1979: 21). Para Hirsch, uma sociedade cujo fim último reside na expansão total do produto econômico – tal como defendido pela “ideologia do crescimento” dos anos 1950 – demonstra um amplo potencial de instabilidade social, tendo em vista que a disputa pelos chamados bens posicionais – produtos e serviços que conferem *status* ao indivíduo – torna-se mais agressiva na medida em que uma parte substancial da população ultrapassa o nível da subsistência básica. Em suma, o crescimento econômico e a difusão do consumo expandiriam proporcionalmente os níveis de conflito na sociedade, ao invés de reduzi-los (HIRSH, 1979: 13-14; 20-21).

A versão mais radical da idéia de “limites do crescimento econômico” pode ser encontrada na obra do economista E. F. Schumacher <sup>7</sup>, cujas propostas e diagnósticos quanto à crise do *Welfare State* tiveram ampla aceitação entre a militância política setentista da Nova Esquerda, em especial aquela ligada aos temas ambientais e regionalistas. Em *Small is Beautiful* (SCHUMACHER, 1977) <sup>8</sup>, publicado em 1973, Schumacher afirmava que as sociedades capitalistas de crescimento acelerado haviam alcançado seu ponto de inviabilidade, para o qual a única saída seria a revisão de todos os princípios ligados à vida social e econômica do ocidente, começando pela rejeição à ideologia do crescimento e aos valores sociais provenientes da Revolução Industrial. O problema residiria justamente na ainda ampla aceitação da idéia de uma “desejável afluência”, ou seja, de que o problema da produção havia sido resolvido com base no planejamento e no industrialismo. As sociedades industriais avançadas, na verdade, padeciam de uma crise moral, autodestrutiva, que soterrava o “bem-viver” sob os cálculos do PNB e da expansão do consumo de duráveis. A substância humana – dizia Schumacher – não pode ser medida pelos ganhos quantitativos proporcionados pela economia, e sim, pelos sintomas de perda observados, com a expansão da criminalidade, do consumo de drogas e do vandalismo. Assim,

---

<sup>7</sup> Ernst Friedrich Schumacher (1911-1977) nasceu na Alemanha e foi *Rhodes Scholar* em Oxford durante os anos 1930, onde estudou Economia, tendo sido acolhido como um “protegido” por Lord Keynes. Lecionou na Universidade de Colúmbia, Nova Iorque, antes de dedicar-se aos negócios, à agricultura e ao jornalismo. Durante a Segunda Guerra Mundial, retornou à Inglaterra onde retomou brevemente a vida acadêmica em Oxford. Terminado o conflito, entre 1946 e 1950, atuou como conselheiro da *British Control Commission* dedicada à recuperação da economia alemã. Entre 1950 e 1970, foi *Chief Economic Advisor* do *British Coal Board*, quando teria previsto a ascensão da OPEP e os problemas concernentes à energia nuclear. Em 1955, em visita à Burma como consultor, desenvolveu seu conceito de “Economia Budista”, rompendo com os paradigmas da Modernidade ocidental.

<sup>8</sup> A primeira edição de *Small is Beautiful* no Brasil foi publicada pela Editora Zahar, Rio de Janeiro, em 1977, com o título *O Negócio é Ser Pequeno: um estudo de Economia que leva em conta as pessoas*. A primeira edição em inglês foi publicada na Grã-Bretanha por Blond & Briggs Ltd. No presente trabalho utilizamos a edição de 1974, publicada por Sphere Books Ltd, Londres, Inglaterra. As citações foram traduzidas.

(...) nós temos que incisivamente entender o problema e começar a vislumbrar a possibilidade de desenvolver um novo estilo de vida, com novos métodos de produção e novos padrões de consumo; um estilo de vida voltado para a permanência (SCHUMACHER, 1974: 10-11; 16-17).

Herbert N. Woodward <sup>9</sup>, membro da elite gerencial norte-americana, influente formador de opinião no meio empresarial, também acreditou no esgotamento do capitalismo de crescimento acelerado, elaborando uma leitura das teses sobre os “limites do crescimento” voltada para este público. Recusando os diagnósticos que indicavam a total perniciosidade da economia capitalista industrial – convicto portanto das virtudes do mercado e da livre empresa – apontou que o dilema dos anos 1970 significava apenas a dissociação entre “êxito empresarial” e “crescimento econômico”. Em *Capitalism Can Survive in a No-Growth Society?* (WOODWARD, 1977) <sup>10</sup>, publicado em 1976, Woodward afirmou que a vitalidade das empresas não deveria depender da expansão desenfreada da economia. “*Se a comunidade dos negócios puder entender que o crescimento não é um requisito preliminar e necessário do êxito empresarial, e que o crescimento contínuo acabará por redundar em desastre, teremos dado um grande passo à frente*” (WOODWARD, 1977: 33).

Se o crescimento econômico é importante por um lado, por outro é indispensável notar-se os sinais de maturidade econômica. Tal como os seres vivos, o ciclo de crescimento de uma economia teria início e fim determinados; continuar crescendo após atingida a “idade adulta” significaria criar um corpo anômalo e doente. Assim, uma vez descartada a “ideologia do crescimento acelerado” e do crescimento como um fim em si, as economias capitalistas desenvolvidas deveriam buscar novas finalidades para o excedente econômico, tais como o fomento ao altruísmo e à solidariedade. No nível da realização pessoal, os agentes econômicos deveriam relativizar as recompensas monetárias como única medida de sucesso, passando a aceitar títulos, privilégios, prestígio e publicidade como substitutivos, a fim de reduzir sua pressão sobre a apropriação dos frutos do crescimento (WOODWARD, 1977: 11, 32-39, 163-165).

---

<sup>9</sup> Herbert N. Woodward (1912-2002) formou-se em Direito pela Universidade de Chicago no ano de 1936. Ao fim da Segunda Guerra Mundial (serviu como agente de inteligência da Marinha Norte-Americana durante o conflito), Woodward foi CEO da Dunbar Kapple Co. e ocupou cargos de direção na Intermatic, tendo ocupado ainda outros postos na hierarquia empresarial, todos ligados ao campo da gerência executiva. Serviu durante 24 anos no conselho de administração do Blackburn's College e escreveu com regularidade para revistas ligadas à área de negócios, tais como a *Harvard Business Review*.

<sup>10</sup> A primeira edição, de 1976, foi publicada pela Brookdale Press, de Stanford, Connecticut, Estados Unidos, em colaboração com Walker & Co.

---

Já Daniel Bell <sup>11</sup>, consagrado representante da sociologia norte-americana e influente membro da elite intelectual deste país, assumiu uma postura mais crítica no debate sobre os “limites do crescimento” em seu *The Coming of the Post-Industrial Society* (BELL, 1977) <sup>12</sup>, publicado originalmente em 1973 <sup>13</sup>. Rejeitou o catastrofismo presente na Economia Clássica, em especial nas obras de Ricardo e Mill, onde prenunciou-se que a expansão demográfica e a falta de terras férteis seriam um entrave para o desenvolvimento do capitalismo. Discordou ainda de Marx e de seus continuadores ao afirmarem que as tendências monopolistas da sociedade capitalista levariam ao esgotamento das oportunidades de investimentos e, portanto, conduziram a uma redução progressiva das taxas de lucro praticadas. Para Bell, os argumentos schumpeterianos foram suficientes para demonstrar que os limites para o crescimento consistiam de uma mistificação sessentista, na medida em que o avanço tecnológico aparecia como o catalisador por excelência da transformação produtiva “*O fantasma da ‘maturidade econômica’ foi hoje em grande parte exorcizado. E a causa principal disso foi a abertura da tecnologia*” (BELL, 1977: 223). A inovação, e seu corolário político, os investimentos em P&D (*pesquisa e desenvolvimento*), garantiam a renovação das taxas de lucro e a revitalização do capitalismo como um todo, e em ritmo constante. Fomentada ainda sob o manto da sociedade industrial dos anos 1950, a inovação tecnológica aparecia como a marca mais importante da sociedade pós-industrial, que emergia nos anos 1960-1970. Entretanto, Bell não ignorou a presença de forças contrárias à idéia de sociedade voltada para o crescimento. Apontou uma crescente oposição às grandes corporações, que se eram entendidas nos anos 1950 como um trunfo

---

<sup>11</sup> Daniel Bell (1919- ) nasceu em Nova Iorque, filho de operários judeus de origem polonesa. Foi Professor Emérito de Ciências Sociais da Universidade de Harvard, *scholar* na American Academy of Arts and Sciences e Professor de Sociologia na Universidade de Colúmbia nos anos 1960 e 1970. Fez parte da Comissão de Tecnologia, ligada à Presidência dos Estados Unidos da América (1964-1966) e da Comissão da Agenda Nacional para os anos 1980, também ligada à Presidência (1979). Foi ainda editor de periódicos como *Fortune*, *The New Leader* e *The Public Interest Magazine*.

<sup>12</sup> A primeira edição de *The Coming of The Post-Industrial Society* foi publicada em 1973 pela Basic Books de Nova Iorque, Estados Unidos. Utilizamos no presente estudo a primeira edição brasileira.

<sup>13</sup> *The Coming of the Post-Industrial Society* foi gerado ao longo dos anos 1960, sendo produto do amadurecimento das idéias de Bell a respeito do capitalismo do *welfare state* e dos sinais de sua derrocada. O conceito de sociedade pós-industrial foi trabalhado inicialmente por Bell em 1962, durante debate público sobre tecnologia e mudança social, realizado na cidade de Boston e presidido pelo sociólogo Robert Heilbroner. Em 1965, recebendo subvenção da *Carnegie Corporation*, Bell prosseguiu desenvolvendo a idéia com ajuda da Dr. Virginia Held, do Hunter College. O resultado desta interlocução foi a formulação de um aparato conceitual incorporado às “linhas básicas” da Comissão para o Ano 2000, publicadas no livro *Toward the Year 2000* (1967). Entre 1967-1970, Bell foi financiado pela *Russell Sage Foundation* para a continuação de suas pesquisas. Por fim, em 1970, juntamente com Ralph Dahrendorf, organizou seminário em Zurique patrocinado pela *International Association of Cultural Freedom*, onde o conceito de sociedade pós-industrial tomou sua forma tal como aparece em *The Coming of the Post-Industrial Society*.

---

no progresso tecnológico e na distribuição de bens, passavam a ser vistas por alguns setores da sociedade nos anos 1960-1970 como responsáveis pela degradação das condições sociais e ambientais. Assim, para Bell, uma das marcas da sociedade pós-industrial seria, por um lado, a viabilidade tecnológica do crescimento econômico, e por outro, suas alegadas tendências destrutivas (BELL, 1977: 215-224; 306).

Peter Drucker <sup>14</sup>, um dos mais influentes intelectuais no campo da administração moderna no Ocidente, defendeu em *The Age of Discontinuity* (DRUCKER, 1970) <sup>15</sup>, de 1969, que o crescimento econômico estaria realmente limitado caso as elites políticas e as elites gerenciais não estivessem sensíveis às radicais transformações vividas pelas sociedades capitalistas nas décadas de sessenta e setenta, e, portanto, não tomassem adequadas precauções para uma inserção segura naquele que seria um “novo tempo”. Drucker não considerou os limites físicos ou sociais para o crescimento, nem e as implicações morais da tecnologia, afirmando que a chave para a retomada do crescimento nas sociedades esgotadas pelo *Welfare State* estaria na aplicação de tecnologias genuinamente novas (criadas desde a primeira metade do século XX) no processo produtivo, gerando portanto indústrias de novo tipo. Ainda, apontou a necessidade de direcionamento dos sistemas econômicos nacionais para uma lógica mundial, que emergia no contexto de globalização dos fluxos econômicos: “(...) *está surgindo imperceptivelmente uma economia mundial na qual informações comuns geram as mesmas aspirações, apetites e exigências econômicos*” (DRUCKER, 1970: 8). Por fim, no esquema de Drucker, o conhecimento teórico-científico aparece como a principal força produtiva na economia; a ausência de políticas e de iniciativas empresariais voltadas para o aproveitamento deste recurso engendraria a estagnação (DRUCKER, 1970: 7-10).

---

<sup>14</sup> Peter Drucker (1909- ) é natural de Viena, Áustria. Obteve grau de Doutor em Direito Público e Internacional pela Universidade de Frankfurt, Alemanha. Imigrante na Inglaterra, trabalhou como economista e jornalista em Londres até mudar-se novamente, desta vez para os Estados Unidos da América, em 1937. Ingressou em 1950 nos quadros da *Graduate Business School* vinculada à Universidade de Nova Iorque, na condição de Professor de Administração. Desde 1971 Drucker atua como Professor de Ciências Sociais e Administração na Claremont Graduate University, Califórnia. Foi colunista do *Wall Street Journal* entre 1975 e 1995, tendo contribuído assiduamente com a *Harvard Business Review*, *The Atlantic Monthly* e *The Economist*. Drucker é considerado um dos pais fundadores da moderna administração de empresas, em especial pela sua vasta obra – trinta e cinco livros, além de um sem-número de artigos e textos – e pela sua atuação como consultor empresarial, cujo público varia desde grandes corporações, órgãos estatais e organizações não-governamentais. Foi agraciado em 2002 pelo Presidente George W. Bush dos Estados Unidos com a Medalha Presidencial da Liberdade.

<sup>15</sup> A primeira edição de *The Age of Discontinuity* foi publicada em 1969 por William Heinemann Ltd, de Londres, e Harper & Row Publishers Inc., de Nova Iorque, Estados Unidos. Utilizamos neste estudo a primeira edição brasileira.

Mas por que a expansão econômica acelerada do pós-guerra não poderia prosseguir? Se as principais críticas em relação à sociedade industrial convergiram ao aceitar a existência de limites para o crescimento nos anos 1960-1970, a natureza destes limites e a pertinência de sua superação é o ponto de discórdia entre estes autores.

Nos trabalhos de Meadows e Woodward percebemos uma ênfase na idéia de limites físicos ao crescimento econômico, ligada especialmente à utilização dos recursos naturais não-renováveis. Na obra de Schumacher também está presente a preocupação ambiental, acrescida, no entanto, de outros fatores entendidos como limitadores da expansão econômica.

Em *The Limits to Growth*, Meadows e sua equipe defenderam a idéia de que o principal problema das sociedades capitalistas modernas estaria na interação entre demografia e *output* industrial. Considerando que a população mundial cresce exponencialmente, e que o crescimento demográfico seria influenciado positivamente pelo crescimento industrial<sup>16</sup> – este último também evoluindo em taxa exponencial – a população encontrava-se em um ritmo de crescimento que alcançava taxas superexponenciais na segunda metade do século XX. O sistema industrial – impulsionado pelo intervencionismo estatal e pelos princípios do *Welfare State* – teria buscado responder a esse desafio ao longo dos anos 1950-1960 expandindo superexponencialmente a produção, o que passou a gerar conseqüências de dimensões globais. Primeiramente, ainda que a produção industrial global tenha alcançado taxa de crescimento superior à da população, esta expansão produtiva não teria sido eficaz em atender os recém-egressos ao planeta na medida em que foi espacialmente concentrada; muitos países populosos tiveram pouco desenvolvimento industrial, enquanto países de parca população puderam oferecer aos seus cidadãos bens e serviços muito além das necessidades básicas. Assim, “(...)o processo de crescimento econômico, do modo como ocorre atualmente (sic), está inexoravelmente ampliando a distância absoluta entre as nações ricas e pobres do mundo” (MEADOWS, 1974: 50).

Em segundo lugar, mesmo considerando uma distribuição mais eqüitativa do crescimento industrial pelo mundo, a pressão gerada pela expansão demográfica sobre os recursos naturais seria de tal modo insuportável que geraria o colapso de todo o sistema, independentemente de outras variáveis. As necessidades *per capita* de terras aráveis levariam rapidamente à utilização de glebas de baixa fertilidade, o que provocaria a elevação proibitiva dos custos de exploração comercial com base na utilização de

---

<sup>16</sup> Meadows e sua equipe entenderam que sociedades com alto nível de desenvolvimento industrial possuíam acesso maior aos avanços da medicina e outras facilidades com impacto direto sobre a redução da mortalidade e elevação da expectativa de vida.

---

maquinário especial e fertilizantes. É mesmo que as sociedades aceitassem pagar o preço do cultivo em terras inférteis, a população continuaria crescendo em taxas exponenciais, exigindo o emprego de ainda mais capital para a produção de alimentos. Se a expansão agrícola em terras inférteis depende do emprego de capital, isso significa uma pressão constante sobre a utilização de recursos naturais não-renováveis, em especial petróleo e outras formas de energia (para combustíveis, para a indústria química, de fertilizantes, entre outros). E neste quadro, *“dadas as taxas de crescimento do consumo de recursos e as projeções a respeito do aumento destas mesmas taxas, a grande maioria dos recursos não-renováveis atualmente importantes será extremamente custosa daqui a cem anos”* (MEADOWS, 1974: 75). E mesmo considerando a possibilidade de o avanço tecnológico substituir ou baratear a exploração destes recursos naturais, reduzindo portanto o problema da escassez, o sistema deparar-se-ia com novo colapso, desta vez ambiental, dado pela emissão de poluentes na biosfera. Assim, se as sociedades ocidentais insistissem em uma lógica produtivista hoje, pagariam severos custos ambientais amanhã, com pouca ou nenhuma chance de sucesso na reversão deste quadro.

O aparente objetivo do sistema mundial contemporâneo é produzir mais pessoas com mais (alimentos, bens materiais, ar limpo e água) para cada um (...)temos notado que se a sociedade continuar buscando esta meta, esbarrará eventualmente em uma das muitas limitações do Planeta (MEADOWS, 1974: 94).

Meadows e sua equipe indicaram ainda que a pressão sobre os recursos naturais não ocorreria somente pelo crescimento da população global, mas também pela elevação dos níveis de riqueza acumulada por essa mesma população. Quanto maior o poder aquisitivo de uma determinada sociedade, maior também o seu consumo de recursos. Esta perspectiva é tomada como alarmante pelos pesquisadores do MIT na medida em que atestam os esforços de todas as nações subdesenvolvidas de atingir o padrão de consumo e de “bem estar” praticado nos Estados Unidos da América. Em suma, o “desenvolvimento” tal como entendido nos anos 1950-1960 não seria passível de generalização, na medida em que os limites físicos da Terra seriam de longe violados caso todas as nações atingissem níveis de consumo similares aos norte-americanos. Desta forma, projetadas as tendências vigentes nos anos 1970 para os cem anos seguintes, Meadows e sua equipe concluíram que um colapso global seria inevitável, e seu fator principal seria justamente a depleção dos recursos naturais necessários à manutenção dos níveis de “prosperidade econômica” da sociedade industrial, fosse através da degradação ambiental ou do consumo desenfreado. A

---

superação deste quadro crônico estaria condicionada, assim, à adoção dos princípios da sustentabilidade ecológica e da estabilidade econômica, em suma, na transição para um estado de equilíbrio global, com ênfase na satisfação das necessidades vitais básicas de todos, na utilização “responsável” dos recursos naturais e não no crescimento econômico como fim em si (MEADOWS, 1974: 29; 38-50; 59-61; 77-85; 93-94; 113-118; 130-133).

Woodward aceitou em linhas gerais as conclusões do relatório *The Limits to Growth*, enfatizando o desafio energético como o principal problema a ser enfrentado pelas sociedades ocidentais. Concordando com a relação entre crescimento demográfico e consumo de energia levantada pela equipe do MIT, e considerando a impossibilidade de sustar-se a expansão da população mundial, restaria a formulação de estratégias que viessem a estancar a utilização de combustíveis fósseis, alterando gradativamente a matriz energética padrão. “*Como uma população mundial em rápido crescimento está congestionando o mesmo espaço limitado, e usando quantidades crescentes de energia, alguma coisa tem que ceder*” (WOODWARD, 1977: 13). Woodward observou ainda a insuficiência dos mecanismos de mercado na contenção da crise energética, uma vez que a dinâmica da oferta e da procura leva em conta necessidades imediatas, sendo imprópria portanto para lidar com a depleção futura dos recursos. Assim, a supremacia da decisão individual no mercado foi criticada com base em suas implicações sociais. A lógica do empresário seria extrair o máximo de petróleo possível em um dado tempo (ou explorar até a exaustão recursos biológicos e minerais), sob a pena de perder espaço para o empresário concorrente. Desta forma, a competição entre agentes individuais, se completamente desregulamentada, levaria ao prejuízo de toda a sociedade. O mercado aparece, assim, como incapaz de sustar a degradação ambiental, emergindo a necessidade de forças coercitivas que possam levar à cabo esta tarefa: “*O poluidor tem pouco incentivo para limpar suas operações, a menos que alguém o force a fazê-lo. Independentemente do que receba pelos seu produto, ele não vai gastar nada mais do que deve para eliminar a poluição*” (WOODWARD, 1977: 26).

Schumacher foi além da idéia de “limites físicos” para o crescimento econômico, denunciando também suas conseqüências morais. Condenou Keynes e os fomentadores do capitalismo dirigido por orientarem os homens e os sistemas econômicos no caminho da cobiça, desprezando assim todas as possíveis implicações éticas de uma expansão desenfreada do produto. Rejeitou ainda a idéia de que a construção da paz e do desenvolvimento social – pretensos frutos do *Welfare State* e do keynesianismo – seria

---

possível por meio do incentivo à avareza, restando à ética contentar-se em vigorar tão somente no final deste processo, quando uma “sociedade plena” tivesse sido erigida.

Imediatamente encontramos uma séria dificuldade: o que é “suficiente”? Quem pode nos dizer? Certamente não o economista que busca o ‘crescimento econômico’ como o mais nobre de todos os valores (...) onde está a sociedade rica que diz: ‘Chega! Temos o suficiente’? Ela não existe (SCHUMACHER, 1974: 19).

A “plenitude” e a “prosperidade” do *Welfare State* significavam, para Schumacher, a exaustão energética e ambiental do planeta, sendo portanto uma promessa impossível de ser cumprida. Assim, uma sociedade que buscasse valores voltados para a “vida humana” simplesmente não poderia prosseguir no caminho da busca de riquezas, tendo em vista que este não seria compatível com a realidade de um meio ambiente limitado. “*O Produto Interno Bruto pode crescer rapidamente: tal como medido pelos estatísticos, mas não do modo como é vivenciado pela população, que encontra-se oprimida pela crescente frustração, alienação, insegurança, entre outros*” (SCHUMACHER, 1974: 25). Assim, na medida em que as nações tornam-se industrialmente “bem sucedidas”, se defrontam com problemas morais e espirituais que devem passar a ocupar uma posição central no espectro de atenções da sociedade.

Toda expansão das necessidades tende a expandir a dependência em relação à forças externas que não se pode controlar, assim aumentando o temor existencial. Apenas pela redução das necessidades é que se pode promover uma genuína redução nestas tensões que são as causas últimas do conflito e da guerra (SCHUMACHER, 1974: 26-27) <sup>17</sup>.

Estas questões morais estariam ligadas, portanto, à busca da sabedoria, ou em outras palavras, da permanência, da sustentabilidade da vida no planeta (SCHUMACHER, 1974: 18-27).

Hirsch rejeitou a preponderância dos “limites físicos” para o crescimento, afirmando que as conclusões obtidas por Meadows em *The Limits to Growth* não expressavam o verdadeiro dilema do capitalismo ocidental nos anos 1970. Os entraves à expansão econômica não estariam ligados necessariamente à escassez de recursos naturais – considerando-se a inovação tecnológica e a capacidade de *substituição* destes insumos por outros –, e uma situação de inviabilidade do sistema não estaria situada num horizonte

---

<sup>17</sup> “Every increase of needs tends to increase one’s dependence on outside forces over which one cannot have control, and therefore increases existential fear. Only by reduction of needs can one promote a genuine reduction in those tensions which are the ultimate causes of strife and war”.

---

“distante” de um século. Para Hirsch, os entraves já estariam plenamente presentes naquela década, com conseqüências menos apocalípticas que as vislumbradas pela equipe do MIT. “Nesse sentido, a preocupação com os limites do crescimento expressada pelo Clube de Roma está notavelmente mal colocada” (HIRSCH, 1979: 17). O cerne do problema estaria na “falsa promessa” do *Welfare State*, de que o crescimento econômico acelerado e a intervenção do Estado no pós-guerra gerariam uma nova sociedade, materialmente afluyente, com renda democratizada, paz social e bem-estar garantidos. Ao contrário, os valores tidos como hegemônicos sob o *Welfare State* teriam aguçado o conflito social e a competitividade entre os indivíduos, provocando assim diversas fontes de frustração e mal-estar existencial.

A disseminação da economia material e do acesso aos bens de primeira necessidade nas sociedades industriais – portanto, a elevação do nível de consumo privado individual – teria deslocado o significado do “bem-estar” para além das condições de vida “dignas”, depositando-o no consumo cada vez mais intenso dos chamados “bens posicionais”, ou seja, a) passíveis de escassez física ou social (jóias, obras de arte, produtos industriais de tiragem limitada, artesanato de luxo); ou b) impassíveis de consumo generalizado, sob pena de congestionamento e desvalorização (manufaturados de altíssima tecnologia, veículos de luxo, turismo, vários serviços pessoais, serviços educacionais “especiais”, etc). Em suma, era o acesso aos chamados “bens de *status*” que determinaria, na sociedade do *Welfare State*, os vencedores e os perdedores. Ocorre que a elevação geral das rendas nacionais por meio do crescimento econômico – e como conseqüência, a expansão do poder aquisitivo da população como um todo – não permitiria, por definição, que a “riqueza oligárquica” – a aquisição de bens posicionais –, fosse difundida pela sociedade. O acesso a estes bens de *status* seria determinado pela renda relativa, isto é, pela posição hierárquica atingida pelo indivíduo no conjunto das rendas pessoais, e não pela renda absoluta.

Uma pessoa pode aumentar sua capacidade de adquirir [bens posicionais] melhorando sua posição na distribuição de renda e riqueza, isto é, tornando-se mais rica em relação aos seus próximos. O mesmo resultado não será obtido se ela tornar-se mais rica juntamente com aqueles que a cercam (...)” (HIRSCH, 1979: 58-59).

O crescimento econômico geraria expectativas de uma completa distribuição do acesso aos bens posicionais em toda a sociedade; tal possibilidade seria, no entanto, uma completa mistificação, na medida em que os mecanismos de preços tenderiam a encarecer os bens de *status* de acordo com os níveis de crescimento da renda global, conservando

---

assim a hierarquia de consumo. “As escolhas oferecidas pelas oportunidades de mercado são celebradas como um elemento libertador para o indivíduo. Infelizmente, a libertação individual não se faz para todos os indivíduos em conjunto” (HIRSCH, 1979: 46). Em suma, o crescimento econômico acirraria o conflito distributivo, ao invés de amenizá-lo.

Hirsch, assim como Woodward, enfatizou as implicações coletivas das decisões individuais, sob orientação da lógica de mercado. Tomando como exemplo a crença, generalizada nos anos sessenta e setenta, de que o investimento pessoal em capital humano (educação e treinamento) seria um dos principais vetores de difusão do bem-estar material (através de empregos de maior remuneração), afirmou que a expansão desenfreada da demanda por serviços educacionais de todo o tipo reduziu, e não expandiu, a possibilidade de prosperidade econômica para uma maior parcela da população. Na medida em que o acesso à educação desempenha uma notória função hierarquizadora nas sociedades de capitalismo avançado – funcionando, portanto, como um bem posicional –, e a elevação do número de diplomados não é acompanhada pela mesma expansão de postos de trabalho de alta renda, os critérios de seleção tornam-se cada vez mais proibitivos, preservando-se a hierarquia no acesso aos bens de *status*. Assim, a tomada de decisões individuais em um ambiente de acirrada competição provoca grandes perdas sociais, ao invés de ganhos.

(...) o desperdício social resultará das expectativas decepcionadas dos indivíduos e da frustração que experimentam em terem de aceitar empregos em que não podem usar plenamente o conhecimento adquirido (HIRSCH, 1979: 81).

O valor, para mim, da minha educação depende não só do seu grau, mas também do grau de educação do homem que está à minha frente na fila de candidatos a um emprego (HIRSCH, 1979: 16).

O mesmo raciocínio valeria para o consumo de todos os bens posicionais, condição de obtenção do “bem-estar” sob o *Welfare State*: “Em lugar de aliviar a procura insatisfeita no sistema econômico, o crescimento material a exacerba, a esta altura. O centro da instabilidade é a divergência entre o que é possível ao indivíduo e o que é possível para todos” (HIRSCH, 1979: 103). Quanto maior a renda média na sociedade, maiores seriam as frustrações pela preservação das hierarquias. O progresso geral sob o capitalismo acelerado seria, portanto, para Hirsch, uma ilusão (HIRSCH, 1979: 15-16; 50-51; 61-64).

Além dos limites físicos e dos limites sociais, foi comum entre as elites intelectuais reformistas a idéia de limites conceituais e teóricos para o crescimento econômico; ao desconsiderar questões basilares e enfatizar outras, deletérias ou desnecessárias, a ciência econômica – referência intelectual das lideranças políticas e empresariais – viria

---

transformando a interação entre Sociedade e Economia em uma relação de submissão da primeira em relação à segunda. Assim, mais uma vez, o capitalismo de crescimento acelerado revelaria outra de suas “perversas” faces, ao descumprir as promessas do *Welfare State* de uma vida plena e livre.

É do economista tcheco Eugen Löbl<sup>18</sup> uma importante crítica setentista à ciência econômica ocidental. Em *Humanomics* (LOEBL, 1978)<sup>19</sup>, de 1976, Löbl atacou dois séculos de pensamento econômico ao rejeitar os pressupostos da economia clássica, bem como da economia neoclássica, da revisão keynesiana e do marxismo, entendidos todos eles como frutos de uma concepção de ciência inadequada, e portanto, indesejável pelas suas consequências.

Para Löbl, parte substancial dos problemas provocados pelo capitalismo acelerado e pelo *Welfare State* provém de uma concepção de Economia que desconsidera o Homem em sua condição fundamental de criatura pensante, na medida em que adota princípios mecanicistas e objetivistas como instrumentos de explicação da dinâmica econômica. Para que o sistema econômico sirva ao Homem, e não o inverso – o Homem seja escravo de sua própria criação –, é preciso que este mesmo sistema seja regido por concepções científico-filosóficas que valorizem o emprego das capacidades intelectuais de cada indivíduo, bem como o poder humano de escolher e direcionar o destino das sociedades. Entretanto, desde Quesnay e Smith, a Economia teria sido constituída como uma ciência tipicamente newtoniana, que considera a dinâmica econômica de forma mecânica, regulada por leis

---

<sup>18</sup> Eugen Löbl (1907-1987) nasceu em Holitz, Império Austro-Húngaro (atualmente Holíč, República Eslovaca). Formou-se em Engenharia, tendo prosseguido seus estudos em Viena. Na juventude participou de grupos de intelectuais esquerdistas. Sob a influência destes grupos ingressou no Partido Comunista de Tchecoslováquia em 1931. Em 1937 tornou-se Secretário da União de Amigos da União Soviética. Em 1939, migrou para Londres sob ordens do Partido, atuando no Fundo para Refugiados Tchechos. Em 1943 foi indicado pelo governo tcheco, no exílio em Londres, como Conselheiro do Ministro da Economia Ján Masaryk, e ocupou cargo de destaque no Ministério para Renovação Econômica da Tchecoslováquia. Foi Ministro do Comércio Exterior de 1945 até 1949, quando foi preso sob influência do governo soviético e expulso do Partido, acusado de traição e de reformismo (defendia a intensificação do comércio com o Ocidente, por exemplo). Foi condenado à prisão perpétua em 1952 por traição, espionagem e sabotagem, e em 1955, escreveu testemunho sobre os métodos de investigação, interrogatório e julgamento do governo comunista tcheco. Em 1960, Löbl foi solto, e em 1963, “reabilitado”. Atuou no Banco Estatal da Tchecoslováquia como Diretor Regional. Insatisfeito pelo cargo ocupado, e cioso por tornar práticas suas idéias de reforma econômica, desejava retomar o cargo de Ministro do Comércio Exterior, mas sem sucesso. Convidado a palestrar em países capitalistas, teve várias permissões negadas pelo governo. Em 1967, a Academia Eslovaca de Ciências publicou um de seus libelos contra o marxismo e a favor de transformações políticas e econômicas em seu país (“Úvahy o Duševnej Práčia Bohatstve Národa“, ou “Reflexões sobre o Trabalho Intelectual e a Riqueza das Nações”). Com a Primavera de Praga e a repressão soviética a partir de 1968, Löbl deixa seu país e migra para os Estados Unidos, tendo atuado como Professor de Economia e Ciência Política no Vassar College, de Nova Iorque, até 1976.

<sup>19</sup> *Humanomics: how we can make the economy serve us, not destroy us* foi publicado pela primeira vez em 1976, pela Random House de Nova Iorque, Estados Unidos.

---

objetivas e invariáveis, externas portanto ao controle humano. Marx também teria respondido a esta mesma lógica objetivista ao formular os princípios do materialismo dialético, e Keynes não teria oferecido qualquer alternativa aos princípios positivistas presentes no pensamento econômico neoclássico.

A orientação geral da ciência econômica contemporânea teria sido, para Löbl, a ênfase em aspectos quantificáveis, fazendo cristalizar-se a idéia, por exemplo, de que a Economia não é nada mais que o conflito em torno da distribuição de recursos escassos. Todos os demais aspectos que efetivamente movem os sistemas econômicos – aqueles que não podem ser quantificados – seriam sumariamente desprezados, ou incorporados displicentemente à análise na condição de “variáveis exógenas”. A Economia moderna seria também uma ciência desprovida de noção de tempo e espaço. Na medida em que se limita a analisar “o que produzir, como e para quem”, o pensamento econômico ocidental do *mainstream* permitir-se-ia comparações absurdas, tais como entre economias tribais e o turbo-capitalismo norte-americano, vistas como “diferentes” somente no que diz respeito à quantidade de conhecimento acumulado em uma e em outra. Apesar, portanto, de sua ênfase no “quantificável” e no “comprovável”, a ciência econômica ocidental, para Löbl, estaria desligada de toda a complexidade da realidade social.

A crise da economia, responsável pela crise socioeconômica de nossos dias, não se deve a qualquer deficiência dos economistas, nem à falta de seu conhecimento ou sofisticação. Deve-se a estes princípios básicos da economia, inclusive seus sistemas de referência (LOEBL, 1978: 30).

As relações de mercado, a determinação dos preços e a idéia de Equilíbrio, todas elas concebidas como expressões de forças para além do Homem, seriam na verdade concepções falaciosas ou totalmente desprovidas de sentido (LOEBL, 1978: 26-44).

Hirsch e Schumacher também criticaram a ênfase nos aspectos “quantificáveis” por parte da ciência econômica tradicional, em especial no que diz respeito aos procedimentos de cálculo do Produto Nacional Bruto, medida “por excelência” do bem-estar sob o capitalismo acelerado do *Welfare State*. Para Hirsch, o PNB representaria um ícone do reducionismo e da ineficiência da teoria econômica, na medida em que contabiliza indiscriminadamente “toda” a produção e o consumo em uma sociedade, não levando em conta o essencial, que seriam as especificidades do mesmo processo de consumo e de produção. Sob este raciocínio, a expansão do uso pessoal de combustível para aquecimento em um inverno rigoroso significaria “aumento de consumo”, que por sua vez indicaria uma absoluta melhoria do bem-estar da população. Da mesma forma, a expansão

---

dos gastos posicionais com educação indicariam uma elevação do bem-estar da população. A expansão da produção e consumo de automóveis também seria um importante índice nos cálculos do Produto Nacional, bem como a elevação dos gastos governamentais na contenção da poluição. Entretanto, em nenhum destes casos o cálculo do PNB revelaria realmente algo sobre a “felicidade” e o bem-viver em uma dada sociedade: a maior utilização de combustível representou mais despesas para o consumidor, a contratação de dispendiosos serviços educacionais representou um “gasto defensivo” contra a concorrência, mais veículos em circulação provocam maior emissão de poluentes e congestionamento urbano, com conseqüências para a saúde humana. Assim, concluía que “(...) a noção de bem-estar se relaciona com a qualidade das necessidades, e não apenas com a diferença algébrica entre necessidades subjetivas e sua satisfação (...)”(HIRSCH, 1979: 93). Assim, a orientação benthamita na conceituação do bem-estar nas sociedades capitalistas ocidentais – onde a capacidade aquisitiva é o critério mais importante – provocaria distorções graves; seria insuficiente para apreender o fato de que quanto mais necessidades básicas são atendidas pela indústria, novas e mais refinadas necessidades são criadas, gerando uma espécie de consumo que é antes defensivo – ou seja, uma forma de preservar o lugar na hierarquia social – que realmente um índice de melhoria de vida (HIRSCH, 1979: 85-97).

Segundo Schumacher, a Economia teria ultrapassado os limites em que uma ciência poder ser socialmente benéfica, na medida em que pretendia normatizar toda a realidade. A teoria econômica convencional, quando enfatiza o cálculo do Produto Nacional Bruto como índice de bem-estar, deixa de responder a questões morais e éticas. Seria o crescimento do PNB algo “bom” ou “ruim”? Quem se beneficia dele e como? “A idéia de que pode existir um crescimento patológico, um crescimento insalubre, desagregador e destruidor é para ele [o economista tradicional] uma idéia perversa que não deve ser permitida de emergir” (SCHUMACHER, 1974: 40).

A desmedida influência da teoria econômica sobre as sociedades e governos modernos expressar-se-ia pela sua capacidade em determinar aquilo que é “econômico” (ou seja, válido de ser buscado) e o que é “não-econômico”. Assim, os economistas viriam utilizando-se da relação custo-benefício e do valor monetário como uma forma de analisar qualquer aspecto da vida humana, mesmo a exploração do “capital natural” consubstanciado nos recursos renováveis e não-renováveis. Não levar-se-ia em conta que a expansão do consumo e da produção requer suprimentos de recursos escassos, que não poderiam ser disponibilizados “magicamente” por meio do mercado. “O único critério para

---

*determinar a importância relativa destes diferentes bens é a taxa de lucro que pode ser obtida disponibilizando-os” (SCHUMACHER, 1974: 40-41).*

Em outras palavras, nós devemos esperar que a Economia estabeleça suas metas e objetivos a partir de um estudo do Homem, e que a metodologia para este estudo deve, ao menos em grande parte, se estabelecer a partir do estudo da Natureza (SCHUMACHER, 1974: 38).

Assim, as distorções provocadas pela compreensão equivocada dos economistas deveriam ser revertidas através de uma ciência econômica mais reflexiva (SCHUMACHER, 1974: 33-42).

Bell, por sua vez, identificou limites políticos impostos por setores das sociedades capitalistas contemporâneas, insatisfeitos com as conseqüências sociais e ambientais do industrialismo. Desde o pós-guerra a grande corporação capitalista havia sido associada à idéia de poder e de eficiência, tendo sido a capacidade de crescimento tomada como critério de um bom desempenho empresarial e como instrumento de garantia do bem-estar (associada ao consumismo). No entanto, a crescente discrepância entre os custos particulares e os custos sociais da expansão econômica (ou seja, entre os custos monetários de produção e os custos socio-ambientais deste processo) havia contribuído para criar fortes hostilidades direcionadas às corporações ao longo dos anos 1960-1970. As grandes empresas haviam sido tomadas como uma espécie de alvo político “sintético” em uma luta que, na verdade, tinha como verdadeiro foco algo muito mais amplo e complexo: contestar a finalidade da atividade econômica sob o capitalismo industrial em um todo. “*A questão que se ergue neste caso não envolve apenas a ‘responsabilidade social’ de qualquer corporação em particular, mas também a ‘legitimidade’ do esquema mais vasto de organização social e das metas de nossa sociedade” (BELL, 1977: 307).*

O ataque contra as corporações visaria, portanto, criticar a transposição da lógica e do ritmo da fábrica para todos os campos da vida social, o que havia disseminado nas relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza padrões de “desempenho” focados na idéia de poupança, priorizando a maximização, a otimização e o menor custo. Isto porque a racionalidade industrial havia sido formulada como um *meio* para se atingir fins não determinados por ela; “*Os fins da vida em si mesmos, [entretanto], jamais foram determinados: eram tidos como múltiplos ou variados, e deveriam ser livremente escolhidos pelos membros da sociedade” (BELL, 1977: 309).* Não sendo da experiência das sociedades liberal-democráticas determinar politicamente – portanto, de forma coletiva – finalidades e prioridades, a definição dos objetivos últimos destas sociedades permaneceu em aberto,

---

dando espaço para que, progressivamente, os *meios* tornassem-se os *fins*. Assim, “(...) *um modo de vida inteiramente novo, baseado nos cálculos utilitaristas do modelo de poupança, começou a transformar gradualmente o conjunto da sociedade*”. Na falta de prioridades determinadas politicamente, o crescimento econômico, a racionalização, a maximização e otimização tornaram-se os objetivos últimos no mundo industrial-burguês.

Em suma, a verdadeira raiz dos limites políticos para o “capitalismo de crescimento acelerado” estaria no choque entre esta mentalidade industrial hegemônica e concepções alternativas “sociologizantes”, que, nos anos 1960-1970, buscavam denunciar os efeitos deletérios do industrialismo, propondo alternativas políticas e econômicas que viessem a redirecionar a sociedade em prol de caminhos que relativizassem o peso do racionalismo e dos padrões de eficiência propostos pela ciência econômica tradicional e pelo utilitarismo benthamita (BELL, 1977: 302-319). Este embate – e seu resultado – estaria na essência da sociedade pós-industrial; a saída para o dilema do crescimento se depositava, portanto, em um novo padrão de desenvolvimento, baseado no conhecimento e em novas tecnologias, com forte ênfase nas questões sociais, padrão este que já estaria em formação nos anos 1970.

Na análise de Drucker, os limites para o crescimento aparecem em sua dimensão eminentemente econômica, e sobretudo tecnológica. Tal como Bell, rejeitou a idéia de que o crescimento econômico é inerentemente imoral ou desnecessário. Antes de tudo, os limites vislumbrados por Drucker apontavam problemas que dificultariam uma desejada continuidade da expansão econômica acelerada. Se este processo demonstrava sinais de exaustão nos anos 1960 e 1970, devia-se exclusivamente ao esgotamento técnico e econômico do modelo anterior, que deveria ser substituído com base em paradigmas renovados, de modo a tornar viável uma nova etapa de crescimento acelerado na história do capitalismo. Este esgotamento técnico e econômico evidenciava-se pela incapacidade da estrutura industrial tradicional – setores herdados dos avanços tecnológicos promovidos no século XIX – de impulsionar um novo ciclo de desenvolvimento econômico nos países avançados, fossem eles capitalistas ou comunistas.

Nos países desenvolvidos essas indústrias ‘amadureceram’ (...) Não importa até que ponto crescerem e prosperarem, elas perderão cada vez mais a capacidade de contribuir para o incremento das rendas nacionais, do emprego e das oportunidades de carreira (DRUCKER, 1970: 23-24).

Este seria o caso da indústria do aço nos Estados Unidos, baseada em processos de fabricação centenários, àquela altura praticamente inalterados e “anti-econômicos”, e da

---

indústria de automóveis, com mercados altamente saturados nos países desenvolvidos, e ainda com impactos ambientais e urbanos crescentemente condenados nestes mesmos países.

Raramente o melhor desempenho das indústrias existentes é a causa principal do aumento de produtividade. A causa fundamental é em geral uma modificação do 'complexo', à medida que as novas indústrias de alta produtividade se desenvolvem mais depressa que as antigas indústrias de baixa produtividade (DRUCKER, 1970: 26).

Assim, a abertura de novas oportunidades de crescimento econômico nos centros capitalistas dependeria de uma “renovação no complexo industrial”, através da inovação – investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) –, que viesse a solucionar o problema da ineficiência sob todos os seus aspectos (ineficiência produtiva, ineficiência social, na criação de produtos lesivos, etc). Já nos países subdesenvolvidos, Drucker foi enfático em defender a expansão das indústrias tradicionais tais como a automobilística.

(...) as principais indústrias 'modernas', como a agricultura, os automóveis, os petroquímicos são a base ideal para o rápido crescimento econômico de uma economia em desenvolvimento. Combinam o impacto econômico forte e imediato com um grande efeito multiplicador (DRUCKER, 1970: 36).

Tal fato justificar-se-ia pela facilidade de importação de tecnologia pronta, pela existência de mercados pouco saturados nestes países, e pela necessidade destas sociedades utilizarem toda sua “energia criadora” para a modernização cultural e social; investimentos em inovação tecnológica, pelo seu alto grau de risco, seriam inadequados para os países periféricos, visto que tais esforços desviariam forças necessárias para a obtenção de metas de modernização mais básicas (DRUCKER, 1970: 24-34).

### Referências Bibliográficas

BELL, Daniel. *O Advento da Sociedade Pós-Industrial: uma tentativa de previsão social*. Trad. Heloísa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1977.

DRUCKER, Peter. *Uma Era de Descontinuidade: orientações para uma sociedade em mudança*. Trad. J.R. Brandão Azevedo. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

HIRSCH, Fred. *Limites Sociais do Crescimento*. Trad. Waltersir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

LOEBL, Eugen. *A Humanoeconomia: como poderemos fazer com que a economia nos sirva e não nos destrua*. Trad. César Tozzi. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1978.

MEADOWS, Dennis et al. *The Limits to Growth: a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind*. 2a. ed. New York: New American Library, 1975.

SCHUMACHER, E. F. *Small is Beautiful: a study of economics as if people mattered*. London: Abacus, 1974.

WOODWARD, Herbert N. *Capitalismo Sem Crescimento*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

**Recebido em: 26/11/2007**

**Aprovado em: 19/12/2008**